

DESENVOLVIMENTO REGIONAL E A IDEOLOGIA DE SEGURANÇA NACIONAL NO BRASIL (1950-2000)

Moacir José Santos¹

Paula Remoaldo²

Resumo

O artigo tem o objetivo de estabelecer uma relação entre o desenvolvimento do Vale do Paraíba e a função estratégica da região para a política de segurança nacional sob a perspectiva dos militares brasileiros. As instituições de pesquisa vinculadas às unidades militares estabelecidas na região e as empresas criadas para atender à segurança nacional contribuíram para o desenvolvimento do Vale do Paraíba. Os resultados demonstram a ação do Estado para a formação de um complexo militar-industrial na região e, associada ao capital privado, para a industrialização da região. O desenvolvimento regional decorreu da instalação de um complexo industrial-militar correlacionado pela política de segurança nacional.

Palavras-chave: Desenvolvimento Regional; Segurança Nacional; Complexo Industrial-Militar.

Desarrollo regional y la ideología de seguridad nacional en Brasil (1950-2000)

Resumen

Este estudio tiene como reto establecer una correlación entre el desarrollo de la región conocida como Vale do Paraíba, en el Estado de São Paulo, Brasil, y su importancia estratégica para la seguridad nacional según los militares brasileños. Las instituciones de pesquisa vinculadas a las unidades militares establecidas en la región y las empresas establecidas para atender a la seguridad nacional contribuyeron para el desarrollo del Vale do Paraíba. Se concluyó que el desarrollo regional resulta de la existencia de instituciones de pesquisa asociadas a las empresas del sector aeroespacial y bélico y de acciones promovidas por militares interesados en la estructuración de un complejo industrial-militar correlacionado a la política de seguridad nacional.

Palabras-clave: *Desarrollo Regional; Seguridad Nacional; Complejo Industrial-Militar.*

¹ Professor e pesquisador do Programa de Mestrado em Planejamento e Desenvolvimento Regional da Universidade de Taubaté e do Centro Universitário Módulo/Caraguatatuba-SP.

² Doutora em Geografia pela Universidade do Minho (Portugal).

Introdução

O Brasil experimentou profundas transformações sociais e econômicas durante o século XX. O processo de industrialização foi o principal indutor das mudanças que tornaram o país fortemente industrializado. Entretanto, o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) e o Coeficiente de Gini identificam o Brasil como profundamente marcado pela desigualdade social e inter-regional. O recente avanço nos indicadores econômicos e sociais entre 2000 e 2012 não foi suficiente para reduzir significativamente as desigualdades existentes (IPEADATA, 2014).

Constata-se que a desigualdade social brasileira se traduz em diferenças no nível de desenvolvimento socioeconômico entre as regiões (DINIZ e CROCCO, 2006). Os desequilíbrios regionais expressam a territorialidade e a historicidade do desenvolvimento brasileiro, e aprofundaram-se durante a industrialização brasileira (CHEIN, LEMOS, ASSUNÇÃO, 2007). Denota-se que as condições estruturais delimitadoras das diferenças regionais situam-se entre a dinâmica econômica regional e as ações adotadas por parte do poder público (LEOPOLDI, 2000). Portanto, o Estado brasileiro foi decisivo na trajetória do desenvolvimento nacional ao definir as regiões e localidades contempladas com investimentos públicos em infraestruturas, institutos de pesquisa e indústrias de base, como a Companhia Siderúrgica Nacional - localizada em Volta Redonda, no estado do Rio de Janeiro, e limítrofe ao Vale do Paraíba, situado em São Paulo.

A expressiva expansão econômica do Vale do Paraíba de 1950 a 2000 foi alavancada pela atividade industrial, e replicou pela escala regional. Exemplo da intensidade das mudanças desencadeadas com a industrialização do Vale do Paraíba é a cidade de São José dos Campos, que passou de uma população de aproximadamente 35 mil habitantes em 1950 para 629 mil em 2000 (IBGE, 2014). Nesse período, a convergência entre as escalas regional, nacional e internacional no Vale do Paraíba ocorreu via um processo de desenvolvimento que articulou variáveis endógenas com a inserção do Brasil na divisão internacional do trabalho e, sobretudo, no contexto político pertinente à Guerra Fria.

Esse contexto histórico resultou na transformação do espaço afetado com a dinâmica capitalista mundial (HARVEY, 2006), mas também relaciona-se com a

expansão do capitalismo brasileiro, compreendida como uma modernização conservadora por preservar as assimetrias sociais que secularmente caracterizam o Brasil (VIEIRA, 2014). É fundamental considerar os vínculos da trajetória histórica do Vale do Paraíba com a realidade nacional. A participação subordinada do Brasil na divisão internacional do trabalho definiu as peculiaridades do capitalismo nacional.

A industrialização do Vale do Paraíba contou com a realização de investimentos públicos significativos para a modernização da região. A construção da rodovia Presidente Dutra, interligando as duas principais cidades do país, São Paulo e Rio de Janeiro, e a instalação do Instituto Tecnológico Aeroespacial (ITA), no início da década de 1950, demarcaram a efetivação de um ciclo de forte industrialização. O poder público desempenhou uma função importante ao realizar investimentos em obras de infraestrutura e instalação de empresas estatais na região, que atraíram investimentos privados vinculados tanto ao capital externo quanto ao nacional.

Em relação à atuação do poder público, é necessário destacar a presença de instituições vinculadas às Forças Armadas brasileiras, relacionadas com a implantação de um complexo industrial-militar dedicado a produção dos recursos bélicos e tecnológicos necessários à segurança nacional. Além do ITA, foram criados centros tecnológicos como o Instituto de Pesquisas Espaciais (INPE) e o Centro Técnico Aeroespacial (CTA), e também instaladas importantes empresas estatais como a Petrobras e a Embraer.

A significativa contribuição do poder público para a modernização do Vale do Paraíba correlaciona-se com o projeto de desenvolvimento efetivado desde a década de 1930, quando Getúlio Vargas assumiu o poder com uma plataforma industrializante. Ainda no início da década de 1940, a cidade de Volta Redonda recebeu a primeira indústria siderúrgica do país, cuja instalação objetivava favorecer a produção de bens de capital no Brasil. Na década anterior, a cidade vizinha a Volta Redonda -- Resende . , no Rio de Janeiro, foi escolhida para sediar a Academia Militar das Agulhas Negras, responsável por formar os oficiais do Exército brasileiro.

A localização privilegiada entre as duas principais metrópoles brasileiras e a existência de uma perspectiva de autonomia nacional mediante a industrialização,

projeto com apoio significativo das Forças Armadas, contribuiu para a realização dos investimentos públicos e privados que transformaram o Vale do Paraíba.

Observa-se que, apesar da inserção estratégica do Vale do Paraíba na economia nacional, em especial sua contribuição para a forte industrialização do Brasil, há escassa produção de estudos acadêmicos de caráter territorial e histórico sobre o processo de formação do complexo industrial-militar. E em que pese a realização de pesquisas sobre setores ou aspectos específicos relacionados à inovação tecnológica ou crescimento econômico, a literatura sobre o complexo industrial militar do Vale do Paraíba não o trata como um conjunto de indústrias e centros de pesquisa resultantes das ações que caracterizam o Estado brasileiro e as Forças Armadas no século XX.

Tendo por base esses pressupostos, o artigo tem o objetivo de aferir a relação entre o desenvolvimento do Vale do Paraíba e a sua função estratégica para a segurança nacional sob a perspectiva dos militares brasileiros. A industrialização da região contou com a participação decisiva das Forças Armadas, com instituições de pesquisa vinculadas a elas, unidades de ensino militar localizadas na região e empresas estratégicas estabelecidas para atender as necessidades relacionadas à segurança nacional. Os resultados apresentados fundamentaram-se em pesquisa histórica sobre a ação do Estado na região e sua contribuição para a formação de um complexo militar e industrial que favoreceu a modernização da região. Nas próximas seções, apresentam-se os resultados da pesquisa que permitem afirmar que o desenvolvimento regional no Vale do Paraíba contou com a participação decisiva dos militares orientados por uma ideologia de segurança nacional.

Além dessa introdução, que apresenta o objeto e o objetivo da pesquisa, relacionados ao desenvolvimento regional e suas conexões com a dinâmica do capitalismo, o artigo tem mais três seções. A seção a seguir discute a correlação entre a Doutrina de Segurança Nacional (DSN), adotada pelas Forças Armadas brasileiras para orientar a atuação do Estado e o desenvolvimento regional. A terceira seção, com o suporte da documentação utilizada, apresenta os resultados da investigação sobre o processo de desenvolvimento regional, discutindo-se as consequências da ação do Estado para implantar o complexo industrial-militar

responsável por impulsionar o desenvolvimento regional no Vale do Paraíba sob as premissas da DSN no contexto da Guerra Fria e da integração subordinada do Brasil à dinâmica capitalista internacional. E na última seção, apresentam-se as conclusões pertinentes à investigação e o debate dos resultados.

Doutrina de Segurança Nacional e desenvolvimento regional

O desenvolvimento regional é um processo complexo, pois sua avaliação implica no uso de conceitos relacionados com as áreas da geografia, economia, ciência política e história. O espaço regionalizado é constituído por ações relacionadas à variáveis exógenas e endógenas, que produzem as condições que o caracterizam como espaço social, econômico, político e cultural (SANTOS, 2004). Nesse sentido, o Vale do Paraíba é um exemplo da complexidade do desenvolvimento regional, onde a produção da região aparece como resultado de relações sociais no tempo e no espaço e mediante a combinação de variáveis relacionadas com fatores locais e externos.

A sociedade brasileira experimentou significativas transformações durante o século XX. Desde a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, em 1930, consolidou-se no processo político brasileiro a aspiração para tornar o país uma potência industrial, condição percebida como necessária para a segurança nacional. A industrialização brasileira corresponde a uma modernização conservadora em razão do crescimento econômico associado à concentração de renda e poder, particularmente durante a Ditadura Militar (1964-1985). O golpe que destituiu o presidente João Goulart relaciona-se com as tensões atreladas às consequências do desenvolvimento industrial brasileiro. Após décadas de forte expansão da atividade industrial, de elevação considerável da urbanização e aumento da concentração fundiária, acirraram-se os conflitos pertinentes a demandas sociais como a reforma agrária, a ampliação do acesso ao ensino superior público, a elevação da renda dos trabalhadores e demais reivindicações que sinalizavam um momento de inflexão da história brasileira (TOLEDO, 2004).

As tensões relacionadas com a Guerra Fria impactaram decisivamente os conflitos pertinentes a sociedade brasileira. A resistência às propostas de mudanças

na estrutura social brasileira foi fortalecida com a polarização típica da disputa entre o bloco liderado pelos Estados Unidos e o bloco soviético. As forças conservadoras alinharam-se com a política internacional norte-americana, recorrendo à estratégia de rotular as propostas de reformar a estrutura social brasileira como mecanismos de indução da conversão do Brasil ao comunismo. O golpe militar de 1964 resulta desta inflexão histórica (FICO, 2004). Embora contando com a colaboração e apoio de amplos setores da sociedade civil resistentes às reformas propostas por Goulart com o apoio dos nacionalistas, o golpe militar representava a efetivação de um ideal de tutela dos militares sobre a sociedade brasileira.

O controle do poder executivo nacional permitiu aos militares controlar os mecanismos necessários à efetivação de um projeto de desenvolvimento nacional pautado pela Doutrina de Segurança Nacional (DSN). A DSN é um conjunto de conceitos que se articulam a partir da discussão das funções das Forças Armadas, particularmente quanto à defesa nacional, formulada a partir da aproximação do Brasil com os Estados Unidos desde a Segunda Guerra Mundial (OLIVEIRA, 2014). A efetivação da parceria militar entre ambos os países impactou a organização militar nacional, especialmente quanto à compreensão do papel das Forças Armadas brasileiras em relação às ameaças externas e internas no contexto da Guerra Fria. A DSN foi elaborada neste período, no âmbito da Escola Superior de Guerra (ESG), instituição responsável por preparar oficiais para as funções relativas ao Estado-Maior do Exército. Os seus valores assentavam-se no anticomunismo, na aversão às reivindicações por reformas sociais, econômicas e políticas, no tratamento militar do dissenso com a estigmatização dos adversários políticos como inimigos internos, na definição dos Estados Unidos como aliado, na busca do crescimento econômico mediante a associação entre capital privado nacional e internacional com o Estado.

A ESG concentrava oficiais instrutores que experimentaram as contingências da Segunda Guerra Mundial, quando perceberam a necessidade de preparar o país para as condições dos conflitos militares que caracterizaram o século XX. Os dois conflitos mundiais explicitaram as assimetrias entre as potências militares e os demais Estados em termos de tecnologia bélica e de um parque industrial moderno para subsidiar a estrutura militar e logística necessária à denominada *guerra total*. O

conceito de *guerra total* permeou a formação militar a partir da Primeira Guerra Mundial, uma vez que a conversão da atividade econômica para subsidiar as atividades militares denotava um novo padrão no fazer a guerra, e também apontava a elevação dos custos da atividade militar. A conversão da população civil em alvo militar durante a Segunda Guerra Mundial também evidenciou que as instituições militares demandavam a renovação tanto dos conceitos militares quanto da relação das Forças Armadas com a sociedade.

Entre 1930 e 1945, Getúlio Vargas buscou atender às reivindicações das Forças Armadas com o aumento do orçamento militar, incluindo salários e investimentos em equipamentos, que se não atenderam plenamente às aspirações dos militares, tornaram a sua condição mais satisfatória em comparação com o primeiro período republicano (1889-1930). Expurgos nas fileiras do Exército e reformas foram conduzidos com o apoio de Vargas. Carvalho (1999) observa que a busca por um Estado mais ativo na política e na economia unia Vargas e os militares, cujo papel deveria ser central na gestão e efetivação de uma política nacional para garantir, do ponto de vista militar, a segurança nacional.

A percepção do Exército de se ver como elemento dinâmico da modernização brasileira está presente na consolidação da instituição enquanto interlocutora fundamental do processo político. Em 1945, a destituição de Vargas decorre da ação das lideranças militares que o apoiaram em 1937 (McCANN, 2007). O Exército exerceu liderança sobre as demais instituições militares do país, inclusive com a proeminência de formular no âmbito da ESG, e com amparo do acordo militar Brasil - Estados Unidos, a paradigmática DSN que orientou o exercício da interlocução do Exército em relação ao Estado (ALVES, 2005). Essa configuração foi importante para o posicionamento político que levou o Exército a participar da formulação e da execução das ações correlacionadas ao desenvolvimento nacional durante o período entre as décadas de 1930 a 1980 (BASTOS, FONSECA, 2012).

Os militares brasileiros, então, ocuparam importantes postos em ministérios, empresas e agências estatais, desvinculados das atribuições militares da caserna. O planejamento e a administração de setores estratégicos como as telecomunicações, transportes e energia contaram com a participação decisiva dos militares. Nota-se

que a ênfase na qualificação dos quadros militares nas décadas anteriores tornou-os competentes para atuar em vários setores, aptos a colaborar com o desenvolvimento brasileiro, entendido como condição essencial para a modernização das Forças Armadas, conjugando a produção de recursos econômicos e tecnológicos com a atividade militar.

O período de maior crescimento da atividade econômica nacional por meio de empresas estatais ocorreu durante a Ditadura Militar (MENDONÇA, 1988). Diversas empresas públicas foram criadas para consolidar a base da expansão econômica brasileira. A aliança entre capital externo, capital nacional e o poder público foi responsável por criar as condições de infraestrutura necessárias aos interesses dos investidores privados. A Ditadura Militar garantiu a continuidade da modernização econômica sem realizar as reformas necessárias à redução da desigualdade no Brasil, que se ampliou, apesar do significativo crescimento econômico.

Entre os efeitos da modernização conservadora brasileira está o aumento das disparidades regionais, com particular favorecimento das regiões Sudeste e Sul do Brasil. A concentração da industrialização acentuou ainda mais essas disparidades (CANO, 2007). O desequilíbrio entre as regiões brasileiras foi ampliado significativamente por um modelo que promoveu o crescimento econômico, mas não o desenvolvimento. Entre as regiões que receberam maiores aportes de investimentos durante a Ditadura Militar está o Vale do Paraíba. A instalação de empresas estatais, como a Embraer e a Petrobras, denota o projeto de consolidar um polo industrial e militar pertinente à aquisição das condições necessárias à efetivação dos princípios da DSN. Porém, a industrialização do Vale do Paraíba também contou com o aporte de recursos privados nacionais e internacionais para a instalação de um importante e diversificado parque industrial, igualmente apoiado na constituição de instituições de ensino e pesquisa públicas e privadas.

O complexo industrial-militar do Vale do Paraíba

A formação do complexo industrial-militar do Vale do Paraíba decorreu de ações relacionadas ao poder público (OLIVEIRA, 1987). A dinâmica do desenvolvimento metropolitano paulista implicou na transferência de empresas

localizadas na capital para o interior do estado. As regiões mais próximas da capital paulista e dotadas de melhor infraestrutura lograram vantagem ao receber investimentos públicos e privados para a expansão industrial. No caso do Vale do Paraíba, o destaque é a cidade de São José dos Campos, que recebeu os institutos responsáveis por desenvolver a tecnologia aeroespacial. O governo federal promoveu a instalação do CTA e dos institutos de pesquisa nele abrigados, com a contratação de pesquisadores estrangeiros e uma política de qualificação de quadros, aproveitando-se do contexto favorável do pós Segunda Guerra Mundial (STANLEY, 2004).

A ambição de se estruturar um complexo nacional de defesa pautado nas exigências militares típicas do século XX, especialmente a constante atualização tecnológica, moveu a criação dos institutos de pesquisa vinculados ao CTA e à indústria militar no Vale do Paraíba. Souza (2008) caracteriza o CTA como o centro formador de engenheiros e pesquisadores envolvidos com a criação de empresas públicas e privadas do setor aeroespacial brasileiro. A instalação e atuação do CTA e demais instituições de pesquisa em São José dos Campos foi decisiva para a caracterização do município como epicentro de pesquisa e produção de conhecimento aeronáutico, fato que correspondia à aspiração especialmente da Aeronáutica, para a consolidação desta indústria e consequente superação das severas limitações características à produção de aeronaves no país (PEREIRA DE ANDRADE, 1976).

A criação do ITA também foi estratégica nesse sentido. A contratação de professores e pesquisadores norte-americanos do *Massachusetts Institute of Technology* (MIT) evidencia o parâmetro adotado para se viabilizar a indústria aeronáutica no Brasil. No contexto da Guerra Fria e da aliança do país com os EUA, a busca de profissionais norte-americanos é compreensível. Entre as décadas de 1940 e 50, militares brasileiros foram enviados aos Estados Unidos para aperfeiçoarem sua formação e, posteriormente, atuarem como replicadores das concepções militares e ideológicas do aliado (OLIVEIRA, 2008).

A associação aos Estados Unidos durante a Guerra Fria implicou a busca por replicar o modelo de organização militar daquele país. Durante o século XX, os

militares brasileiros buscaram modelos externos de organização militar das Forças Armadas e de modernização tecnológica, apta a tornar a defesa do país adequada ao potencial bélico das grandes potências mundiais. Acreditava-se que a emancipação do país somente estaria assegurada com o domínio do potencial militar necessário à preservação da integridade do território nacional. O primeiro modelo que encantou os militares brasileiros foi o germânico; quando foram enviados militares brasileiros para aquisição dos conceitos militares delineadores da organização militar das forças do *kaiser*. Porém, a derrota alemã na Primeira Guerra Mundial abalou as convicções depositadas na Alemanha. Sucedeu-se a celebração de acordos com a França para o envio de instrutores para colaborar com a modernização do Exército brasileiro. Ainda na década de 1930, esboçaram-se contatos com os norte-americanos, mas foi o papel decisivo dos Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial e na Guerra Fria que tornaram as Forças Armadas norte-americanas referência para os militares brasileiros, especialmente quanto à ambicionada associação entre centros de pesquisa, indústria e defesa.

Os militares brasileiros creditavam à eficiência bélica dos norte-americanos a existência de um complexo militar-industrial. Tais condições eram percebidas como decisivas ao sucesso militar norte-americano. Note-se que essa compreensão superava a ideia de um simples envolvimento da indústria com o setor de defesa, pois não se trata da produção de armas e equipamentos sob encomenda das Forças Armadas, mas do desenvolvimento de um setor integrado capaz de produzir sob a perspectiva da defesa nacional, produção industrial avançada, coordenada mediante a orientação das Forças Armadas. No Vale do Paraíba ocorreu a materialização dessa meta, com a instalação dos centros de pesquisa e associação entre empresas públicas e privadas para atender às demandas do setor de defesa. Evidentemente não se constitui na região um complexo industrial-militar capaz de competir com o norte-americano. Entretanto, a tentativa de emular a estrutura norte-americana implicou a constituição de indústrias, centros de pesquisa e instalações militares conexas e estratégicas para a defesa nacional e também para o desenvolvimento regional no Vale do Paraíba.

Entre as empresas criadas para propiciar a autonomia no setor de defesa, particularmente o aeroespacial, está a EMBRAER. A empresa foi criada em 1969,

com capital misto, mas com predomínio do Estado, seu controlador. A EMBRAER resultou das ações empreendidas por militares e pesquisadores dos centros de pesquisa vinculados ao CTA. Sua criação foi uma consequência da meta de emancipação tecnológica pertinente à estruturação do CTA e às ambições dos militares brasileiros. Embora a fundação de uma empresa para produção de aviões não tivesse como objetivo específico a organização do complexo industrial-militar, depreende-se a sua efetivação como necessária à meta de independência tecnológica e militar do país. Desde a década de 1930, o Estado brasileiro conduzia um processo de modernização econômica onde a participação de empresas estatais nos setores considerados estratégicos representava a lógica estatal condutora da industrialização brasileira. Durante o regime militar (1964-1985), a intervenção do Estado brasileiro na economia e no processo de industrialização acentuou-se. Daí a coerência entre a criação da EMBRAER, a meta de se estruturar um complexo industrial-militar no Vale do Paraíba e a atuação do Estado durante a industrialização do país (FORJAZ, 2005).

Entre as empresas criadas no Vale do Paraíba, a EMBRAER foi a que alcançou maior destaque. Sua inserção no mercado global de aeronaves se inicia muito antes de sua privatização em 1994, haja visto o grande sucesso na exportação de aviões civis e militares ao longo dessa mesma década, principalmente de seus modelos Bandeirante, Tucano, Xingu e Brasília. Nos anos 1990, com a privatização, esse processo é retomado com a família ERJ.

Outras empresas ligas ao complexo de defesa foram criadas na região no mesmo período, como ENGESA, AVIBRÁS e HELIBRÁS. Essa concentração de empresas do setor bélico, centros de pesquisa e unidades militares no Vale do Paraíba não foi casual. Observa-se que o território foi transformado e estruturado conforme a necessidade de se assegurar a associação entre segurança e desenvolvimento nacional, processo definidor da inserção da região na constituição política e econômica do Brasil. Nota-se a preocupação em aperfeiçoar a formação do complexo industrial-militar brasileiro com a proximidade entre empresas, centros de pesquisa e unidades militares. Acreditava-se nas sinergias relacionadas a essa proximidade regional.

Destarte, a transformação do Vale do Paraíba em uma das principais regiões industrializadas do país guardar relação com a sua localização, foi importante também as concepções sobre defesa e segurança nacional dos militares brasileiros e a capacidade destes de articular suas demandas perante o Estado. O golpe militar de 1964 favoreceu o aprofundamento da constituição do complexo industrial-militar instalado no Vale do Paraíba. O período de exceção facilitava a efetivação dos projetos estatais em razão da ausência de oposição política e da impossibilidade institucional de questionamentos aos projetos da cúpula no poder.

Entretanto, faz-se necessário destacar que as instituições de pesquisa e unidades militares começam a ser instaladas no Vale do Paraíba antes do golpe militar de 1964, ainda na década de 1950. Essa condição evidencia a significativa participação dos militares na definição das políticas públicas promovidas pelo Estado brasileiro. Sua participação no planejamento e efetivação dos centros de pesquisa realça a associação entre produção de conhecimento e segurança nacional. A expressiva industrialização do Vale do Paraíba somente pode ser explicada quando se examina a contingência de se estruturar condições materiais pertinentes para uma segurança nacional eficaz. A Guerra Fria e os debates quanto à forma de se conduzir o desenvolvimento nacional, que opunham nacionalistas e liberais, moldaram a formação da política de defesa daquela conjuntura histórica. A segurança nacional tornou-se sinônimo de emancipação bélica, que por sua vez, estava associada à autonomia na produção dos equipamentos e da tecnologia necessária à sua efetivação.

Considerações finais

O expressivo desenvolvimento do Vale do Paraíba no século XX resultou da combinação entre investimentos públicos e privados. A instalação de centros de pesquisa, empresas estatais e multinacionais tornaram a região um importante centro de atividade industrial no Brasil. Sem dúvida, a sua localização entre as duas principais metrópoles brasileiras colaborou para a intensa industrialização responsável por alterar o perfil da região no século passado. Entretanto, a contribuição decisiva para a sua transformação foi o investimento realizado para

tornar a região em sede de um complexo industrial e militar apto a dotar o país das condições industriais e tecnológicas adequadas às exigências dos conflitos militares típicos daquela conjuntura histórica.

A ambição das Forças Armadas brasileiras, concernente com o projeto de modernização do país, centrava-se no fortalecimento da sua capacidade de dissuasão, e foi o fator fundamental para a realização dos investimentos no Vale do Paraíba Paulista. A ideologia de segurança nacional orientou as decisões da política de defesa adotadas no país após o final da Segunda Guerra Mundial. A dimensão daquele conflito e as deficiências bélicas e tecnológicas características do Exército, Marinha e Aeronáutica estimularam a elaboração de uma política de defesa pertinente às condições dos conflitos contemporâneos. Entre as Forças Armadas brasileiras esse debate remontava à Primeira Guerra Mundial e permeou as ações de modernização profissional encetadas durante a reestruturação militar do país durante a década de 1930. Porém, o diagnóstico da cúpula das Forças Armadas indicava o caráter tímido da modernização empreendida no pré-Segunda Guerra Mundial, em razão da incipiente industrialização nacional. Os efeitos da política industrial do regime de Getúlio Vargas (1930-1945) tornaram-se mais concretos à partir da década de 1950, quando a industrialização e a urbanização se tornaram expressivas no país. A industrialização era percebida pelos militares como imprescindível para garantir a emancipação do país e a defesa dos interesses nacionais.

Ressalta-se que o principal centro de formação de oficiais do Exército está localizado na cidade de Resende, próximo a Volta Redonda (integrante do Vale do Paraíba), onde foi instalada a primeira siderúrgica do Brasil. Mas foi a instalação de centros de pesquisa aeroespacial, associando militares e civis e fornecendo mão de obra especializada para as empresas estatais do setor bélico, que dinamizou o desenvolvimento regional.

Todas essas instalações do setor de defesa estão localizadas no eixo estratégico que corta a região, a rodovia Presidente Dutra, homenagem a um dos principais líderes do Exército entre as décadas de 1930 e 60. A formação do complexo industrial militar do Vale do Paraíba resultou da aplicação dos princípios

da ideologia de segurança nacional. Sua efetivação correlaciona-se ao fato de que as políticas de industrialização do Brasil contaram com a efetiva participação dos militares. O envolvimento de setores das Forças Armadas com a política de desenvolvimento delineou oportunidades políticas e institucionais para tornar a ideologia de segurança nacional uma referência para as políticas públicas relacionadas à industrialização e ao desenvolvimento. São essas correlações que explicam os fatores promotores da instalação e consolidação do complexo industrial-militar do Vale do Paraíba.

Observa-se que a investigação dos aspectos políticos e econômicos pode ampliar o conhecimento sobre como esse complexo industrial-militar colaborou para o desenvolvimento do Vale do Paraíba, notadamente para a atração de investimentos e geração de emprego e de renda nas cidades selecionadas com a instalação de indústrias e centros de pesquisa. Outro aspecto que pode ser aprofundado é o papel do complexo militar e industrial na ampliação das desigualdades intrarregionais que historicamente dividem o Vale do Paraíba em municípios muito díspares quanto aos seus indicadores sociais e econômicos.

Referências

ALVES, Vágner Camilo. **Ilusão desfeita: a Aliança especial Brasil - Estados Unidos e o poder naval brasileiro durante e após a Segunda Guerra Mundial**. Revista Brasileira de Política Internacional, 48 (1): 151-177, 2005.

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth e FONSECA, Pedro Cezar Dutra (orgs.). **A Era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade**. São Paulo: Editora UNESP, 2012.

CANO, Wilson. **Desequilíbrios regionais e concentração regional no Brasil (1930-1970)**. São Paulo: UNESP, 2007.

CHEIN, Flávia; LEMOS, Mauro Borges; ASSUNÇÃO, Juliano Junqueira. **Desenvolvimento desigual: evidências para o Brasil**. RBE Rio de Janeiro v. 61 n. 3 / p. 301. 330 Jul-Set 2007.

CARVALHO, José Murilo de. **Vargas e os Militares: aprendiz de Feiticeiro**. In: DARAÚJO, Maria Celina (org.). **As instituições brasileiras da Era Vargas**. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

DINIZ, Clélio Campolina. CROCCO, Marco. **Economia regional e urbana: contribuições teóricas recentes**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

Revista de Geopolítica, EDIÇÃO ESPECIAL, v. 8, nº 2, p. 32 - 47, jul./dez. 2017.

FICO, Carlos. **Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar**. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 24, nº 47, p.29-60, 2004.

FORJAZ, Maria Cecília Spina. **ÍAs origens da Embraer**. Tempo Social Revista de Sociologia da USP, v. 17, n. 1, 2005.

FORJAZ, Maria Cecília Spina. **Industrialização, estado e sociedade no Brasil (1930-1945)**. Revista de Administração de Empresas, vol.24 n.3 São Paulo July/Sept. 1984.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Anablume, 2006.

LAFER, Celso. **Programa de Metas (verbetes)** in: Alzira Alves Abreu et al. (org.). **Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930** [cd-rom], 2a. ed., Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001.

LEOPOLDI, Maria Antonieta Parahyba. **Política e interesses: as associações industriais, a política econômica e o Estado na industrialização brasileira**. São Paulo : Paz e Terra, 2000.

IPEADATA. **Banco de dados do IPEA**. Disponível em www.ipeadata.gov.br Acesso em dez. 2014.

McCANN, Frank D. **Soldados da Pátria: história do Exército brasileiro (1889-1937)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

MENDONÇA, Sônia Regina de. **Estado e economia no Brasil: opções de desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

OLIVEIRA, Eliezer Rizzo de. **Militares, pensamento e ação política**. Papirus: Campinas, 1987.

OLIVEIRA, Nilda Nazaré Pereira. **Entre o criar, o copiar e o comprar pronto: a criação do ITA e do CTA como instituições de ensino e pesquisa para a consolidação da indústria aeronáutica brasileira (1945-1990)**. Tese em História Social - Universidade de São Paulo: São Paulo, 2008.

OLIVEIRA, Nilo Dias de. **Os Primórdios da Doutrina de Segurança Nacional: a Escola Superior de Guerra**. História (São Paulo), v. 29, 2, 135-157, 2010.

ORTIZ, Renato. **A moderna tradição brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

PEREIRA DE ANDRADE, Roberto. **A construção aeronáutica no Brasil 1910- 1976**. São Paulo: Editorial Brasilense, 1976.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

SOUZA, Adriane Aparecida Moreira de. **A especialização do lugar: São José dos Campos como centro de tecnologia aeroespacial no País**. Tese de Doutorado em Geografia Humana - Universidade de São Paulo: São Paulo, 2008.

STANLEY, Ruth. **Transferencia de tecnología a través de la migración científica: ingenieros alemanes en la industria militar de Argentina y Brasil (1947-1963)**. Revista Iberoamericana de Ciencia Tecnología y Sociedad, 1(2); 21-46; 2004-04.

TOLEDO, Caio Navarro de. **1964: O golpe contra as reformas e a democracia**. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 24, nº 47, p.13-28 . 2004.

VIEIRA, Edson Trajano. **Industrialização e as políticas de desenvolvimento regional: estudo do Vale do Paraíba paulista no período de 1970 a 2000**. REDES - Rev. Des. Regional, Santa Cruz do Sul, v. 19, nº 2, p. 77 - 97, maio/ago. 2014.

Recebido em Maio de 2017.

Publicado em Julho de 2017.